

LEITURA COMPLEMENTAR

AULA 33

ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

ESCATOLOGIA: O DESTINO FINAL DO HOMEM

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

(§ 988 - § 1060)

(§ 1471 - § 1479)

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

PRIMEIRA PARTE - A PROFISSÃO DA FÉ

SEGUNDA SECÇÃO

Parágrafos 6 do Capítulo Terceiro

(§ 988 - § 1060)

ARTIGO 11

«CREIO NA RESSURREIÇÃO DA CARNE»

988. O Credo cristão — profissão da nossa fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e na sua acção criadora, salvadora e santificadora — culmina na proclamação da ressurreição dos mortos no fim dos tempos, e na vida eterna.

989. Nós cremos e esperamos firmemente que, tal como Cristo ressuscitou verdadeiramente dos mortos e vive para sempre, assim também os justos, depois da morte, viverão para sempre com Cristo ressuscitado, e que Ele os ressuscitará no último dia (558). Tal como a d'Ele, também a nossa ressurreição será obra da Santíssima Trindade:

«Se o Espírito d'Aquele que ressuscitou Jesus de entre os mortos habita em vós, Ele, que ressuscitou Cristo Jesus de entre os mortos, também dará vida aos vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que habita em vós» (*Rm 8, 11*) (559).

990. A palavra «carne» designa o homem na sua condição de fraqueza e mortalidade (560) «Ressurreição da carne» significa que, depois da morte, não haverá somente a vida da alma imortal, mas também os nossos «corpos mortais» (*Rm 8, 11*) retomarão a vida.

991. Crer na ressurreição dos mortos foi, desde o princípio, um elemento essencial da fé cristã. «A ressurreição dos mortos é a fé dos cristãos: é por crer nela que somos cristãos» (561):

«Como é que alguns de entre vós dizem que não há ressurreição dos mortos? Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. Mas se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã é também a vossa fé. [...] Mas não! Cristo ressuscitou dos mortos, como primícias dos que morreram» (1 *Cor* 15, 12-14, 20).

I. A ressurreição de Cristo e a nossa ressurreição

REVELAÇÃO PROGRESSIVA DA RESSURREIÇÃO

992. A ressurreição dos mortos foi revelada progressivamente por Deus ao seu povo. A esperança na ressurreição corporal dos mortos impôs-se como consequência intrínseca da fé num Deus criador do homem todo, alma e corpo. O Criador do céu e da terra é também Aquele que mantém fielmente a sua aliança com Abraão e a sua descendência. É nesta dupla perspectiva que começará a exprimir-se a fé na ressurreição. Nas suas provações, os mártires Macabeus confessam:

«O Rei do universo ressuscitar-nos-á para uma vida eterna, a nós que morremos pelas suas leis» (2 *Mac* 7, 9). «É preferível morrerem às mãos dos homens e termos a esperança em Deus de que havemos de ser ressuscitados por Ele» (2 *Mac* 7, 14) (562).

993. Os fariseus (563) e muitos contemporâneos do Senhor (564) esperavam a ressurreição. Jesus ensina-a firmemente. E aos saduceus, que a negavam, responde: «Não andareis vós enganados, ignorando as Escrituras e o poder de Deus?» (*Mc* 12, 24). A fé na ressurreição assenta na fé em Deus, que «não é um Deus de mortos, mas de vivos» (*Mc* 12, 27).

994. Mas há mais: Jesus liga a fé na ressurreição à sua própria pessoa: «Eu sou a Ressurreição e a Vida» (*Jo* 11, 25). É o próprio Jesus que, no último dia, há-de ressuscitar os que n'Ele tiverem acreditado (565), comido o seu Corpo e bebido o seu Sangue (566) Desde logo, Ele dá um sinal disto mesmo e uma garantia, restituindo a vida a alguns mortos (567) e preanunciando assim a sua própria ressurreição que, no entanto, será de ordem diferente. Jesus fala deste

acontecimento único como do «sinal de Jonas» (568), do sinal do templo (569); Ele anuncia a sua ressurreição ao terceiro dia depois da morte (570).

995. Ser testemunha de Cristo é ser «testemunha da sua ressurreição» (Act 1, 22) (571), é «ter comido e bebido com Ele depois da sua ressurreição dos mortos» (Act 10, 41). A esperança cristã na ressurreição é toda marcada pelos encontros com Cristo ressuscitado. Nós ressuscitaremos como Ele, com Ele e por Ele.

996. Desde o princípio, a fé cristã na ressurreição deparou com incompreensões e oposições (572). «Não há ponto em que a fé cristã encontre mais contradição do que o da ressurreição da carne» (573). É bastante comum a aceitação de que, depois da morte, a vida da pessoa humana continua de modo espiritual. Mas como acreditar que este corpo, tão manifestamente mortal, possa ressuscitar para a vida eterna?

COMO É QUE OS MORTOS RESSUSCITAM?

997. *O que é ressuscitar?* Na morte, separação da alma e do corpo, o corpo do homem cai na corrupção, enquanto a sua alma vai ao encontro de Deus, embora ficando à espera de se reunir ao seu corpo glorificado. Deus, na sua onipotência, restituirá definitivamente a vida incorruptível aos nossos corpos, unindo-os às nossas almas pela virtude da ressurreição de Jesus.

998. *Quem ressuscitará?* Todos os homens que tiverem morrido: «Os que tiverem praticado o bem, para uma ressurreição de vida e os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de condenação» (Jo 5, 29) (574).

999. *Como?* Cristo ressuscitou com o seu próprio corpo: «Vede as minhas mãos e os meus pés: sou Eu mesmo» (Lc 24, 39); mas não regressou a uma vida terrena. De igual modo, n'Ele «todos ressuscitarão com o seu próprio corpo, com o corpo que agora têm» (575), mas esse corpo será «transformado em corpo glorioso» (576) em «corpo espiritual» (1 Cor 15, 44):

«Alguém poderia perguntar: "Como ressuscitam os mortos? Com que espécie de corpo voltam eles?" Insensato! O que tu semeias não volta à vida sem morrer. E o

que semente não é o corpo que há-de vir, é um simples grão [...]. O que é semeado sujeito à corrupção ressuscita incorruptível; [...] os mortos ressuscitarão incorruptíveis [...]. É, de facto, necessário que este ser corruptível se revista de incorruptibilidade, que este ser mortal se revista de imortalidade» (1 Cor 15, 35-37. 42. 52-53).

1000. Este «como» ultrapassa a nossa imaginação e o nosso entendimento; só na fé se torna acessível. Mas a nossa participação na Eucaristia dá-nos já um antegoço da transfiguração do nosso corpo, operada por Cristo:

«Assim como, depois de ter recebido a invocação de Deus, o pão que vem da terra deixa de ser pão ordinário e é Eucaristia, constituída por duas coisas, uma terrena, outra celeste, do mesmo modo os nossos corpos, que participam na Eucaristia, já não são corruptíveis, pois têm a esperança da ressurreição» (577).

1001. *Quando?* Definitivamente o no último dia» (Jo 6, 39-40.44.54; 11, 24), «no fim do mundo» (578). Com efeito, a ressurreição dos mortos está intimamente associada à Parusia de Cristo:

«Ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, o próprio Senhor descerá do céu e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro» (1 Ts 4, 16).

RESSUSCITADOS COM CRISTO

1002. Se é verdade que Cristo nos há-de ressuscitar «no último dia», também é verdade que, de certo modo, nós já ressuscitámos com Cristo. De facto, graças ao Espírito Santo, a vida cristã é desde já, na terra, uma participação na morte e ressurreição de Cristo:

«Pelo Baptismo fostes sepultados com Cristo e também ressuscitastes com Ele, devido à fé que tivestes na força de Deus, que O ressuscitou dos mortos [...]. Uma vez que ressuscitastes com Cristo, aspirai às coisas do Alto, onde Cristo Se encontra sentado à direita de Deus» (Cl 2, 12; 3, 1).

1003. Unidos a Cristo pelo Baptismo, os crentes participam já realmente na vida celeste de Cristo ressuscitado (579). Mas esta vida continua «escondida com Cristo em Deus» (Cl 3, 3). «Ele próprio nos ressuscitou e nos fez sentar nos céus, em Cristo Jesus» (Ef 2, 6). Alimentados pelo seu Corpo na Eucaristia, nós pertencemos já ao Corpo de Cristo. Quando ressuscitarmos no último dia, havemos também de nos «manifestar com Ele na glória» (Cl 3, 4).

1004. À espera desse dia, o corpo e a alma do crente participam já na dignidade de ser «em Cristo». Daí a exigência do respeito para com o próprio corpo e também para com o corpo de outrem, particularmente quando sofre:

«O corpo [...] é para o Senhor. E o Senhor é para o corpo. E Deus, que ressuscitou o Senhor, também nos há-de ressuscitar a nós pelo seu poder. Não sabeis que os vossos corpos são membros de Cristo? [...] Não sabeis que não pertenceis a vós próprios? [...]. Glorificai, pois, a Deus no vosso corpo» (1 Cor 6, 13-15. 19-20).

II. Morrer em Cristo Jesus

1005. Para ressuscitar com Cristo, temos de morrer com Cristo, temos «de nos exilar do corpo para habitaros junto do Senhor» (2 Cor 5, 8). Nesta «partida» (580) que é a morte, a alma é separada do corpo. Voltará a juntar-se-lhe no dia da ressurreição dos mortos (581).

A MORTE

1006. «É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa» (582). Num certo sentido, a morte do corpo é natural: mas sabemos pela fé que a morte é, de facto, «salário do pecado» (Rm 6, 23) (583). E para aqueles que morrem na graça de Cristo, é uma participação na morte do Senhor, a fim de poder participar na sua ressurreição (584).

1007. *A morte é o termo da vida terrena.* As nossas vidas são medidas pelo tempo no decurso do qual nós mudamos e envelhecemos. E como acontece com todos os seres vivos da terra, a morte surge como o fim normal da vida. Este aspecto da morte confere uma urgência às nossas vidas: a lembrança da nossa condição de mortais também serve para nos lembrar de que temos um tempo limitado para realizar a nossa vida:

«Lembra-te do teu Criador nos dias da mocidade [...], antes que o pó regresse à terra, donde veio, e o espírito volte para Deus que o concedeu» (*EcI 12, 1.7*).

1008. *A morte é consequência do pecado.* Intérprete autêntico das afirmações da Sagrada Escritura (585) e da Tradição, o Magistério da Igreja ensina que a morte entrou no mundo por causa do pecado do homem (586). Embora o homem possuísse uma natureza mortal. Deus destinava-o a não morrer. A morte foi, portanto, contrária aos desígnios de Deus Criador e entrou no mundo como consequência do pecado (587). «A morte corporal, de que o homem estaria isento se não tivesse pecado» (588), é, pois, «o último inimigo» (*1 Cor 15, 26*) do homem a ter de ser vencido.

1009. *A morte é transformada por Cristo.* Jesus, Filho de Deus, também sofreu a morte, própria da condição humana. Mas apesar da repugnância que sentiu perante ela (589), assumiu-a num acto de submissão total e livre à vontade do Pai. A obediência de Jesus transformou em bênção a maldição da morte (590).

O SENTIDO DA MORTE CRISTÃ

1010. Graças a Cristo, a morte cristã tem um sentido positivo. «Para mim, viver é Cristo e morrer é lucro» (*Fl 1, 21*). «É digna de fé esta palavra: se tivermos morrido com Cristo, também com Ele viveremos» (*2 Tm 2, 11*). A novidade essencial da morte cristã está nisto: pelo Baptismo, o cristão já «morreu com Cristo» sacramentalmente para viver uma vida nova; se morremos na graça de Cristo, a morte física consuma este «morrer com Cristo» e completa assim a nossa incorporação n'Ele, no seu acto redentor:

«É bom para mim morrer em (*eis*) Cristo Jesus, mais do que reinar dum extremo ao outro da terra. É a Ele que eu procuro, Ele que morreu por nós: é a Ele que eu quero, Ele que ressuscitou para nós. Estou prestes a nascer [...]. Deixai-me receber a luz pura: quando lá tiver chegado, serei um homem» (591).

1011. Na morte, Deus chama o homem a Si. É por isso que o cristão pode experimentar, em relação à morte, um desejo semelhante ao de S. Paulo: «Desejaria partir e estar com Cristo» (*Fl*

1, 23). E pode transformar a sua própria morte num acto de obediência e amor para com o Pai, a exemplo de Cristo (592):

«O meu desejo terreno foi crucificado: [...] há em mim uma água viva que dentro de mim murmura e diz: "Vem para o Pai"» (593).

«Ansiosa por ver-te, desejo morrer» (594).

«Eu não morro, entro na vida» (595).

1012. A visão cristã da morte (596) é expressa de modo privilegiado na liturgia da Igreja:

«Para os que crêem em Vós, Senhor, a vida não acaba, apenas se transforma: e, desfeita a morada deste exílio terrestre, adquirimos no céu uma habitação eterna» (597).

1013. A morte é o fim da peregrinação terrena do homem, do tempo de graça e misericórdia que Deus lhe oferece para realizar a sua vida terrena segundo o plano divino e para decidir o seu destino último. Quando acabar «a nossa vida sobre a terra, que é só uma» (598), não voltaremos a outras vidas terrenas. «Os homens morrem uma só vez» (*Heb 9, 27*). Não existe «reencarnação» depois da morte.

1014. A Igreja exorta-nos a prepararmo-nos para a hora da nossa morte («Duma morte repentina e imprevista, livrai-nos, Senhor»: antiga Ladainha dos Santos), a pedirmos à Mãe de Deus que rogue por nós «na hora da nossa morte» (Oração da Ave-Maria) e a confiarmo-nos a S. José, padroeiro da boa morte:

«Em todos os teus actos em todos os teus pensamentos, havias de te comportar como se devesse morrer hoje. Se tivesses boa consciência, não terias grande receio da morte. Mais vale acautelares-te do pecado do que fugir da morte. Se hoje não estás preparado, como o estarás amanhã?» (599).

«Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã a morte corporal, à qual nenhum homem vivo pode escapar. Ai daqueles que morrem em pecado mortal:

Bem-aventurados os que ela encontrar a cumprir as tuas santíssimas vontades, porque a segunda morte não lhes fará mal» (600).

Resumindo:

1015. «Caro salutis est cardo – A carne é o fulcro da salvação» (601). Nós cremos em Deus, que é o Criador da carne; cremos no Verbo que Se fez carne para remir a carne; cremos na ressurreição da carne, acabamento da criação e da redenção da carne.

1016. Pela morte, a alma é separada do corpo; mas, na ressurreição, Deus restituirá a vida incorruptível ao nosso corpo transformado, reunindo-o à nossa alma. Tal como Cristo ressuscitou e vive para sempre, todos nós ressuscitaremos no último dia.

1017. «Nós cremos na verdadeira ressurreição desta carne que possuímos agora» (602). No entanto, semeia-se no túmulo um corpo corruptível e ressuscita um corpo incorruptível (603) um «corpo espiritual» (1 Cor 15, 44).

1018. Em consequência do pecado original, o homem deve sofrer a morte corporal, «de que estaria isento, se não tivesse pecado» (604).

1019. Jesus, Filho de Deus, sofreu livremente a morte por nós, numa submissão total e livre à vontade de Deus seu Pai. Pela sua morte, Ele venceu a morte, abrindo assim a todos os homens a possibilidade da salvação.

ARTIGO 12

«CREIO NA VIDA ETERNA»

1020. O cristão, que une a sua própria morte à de Jesus, encara a morte como chegada até junto d'Ele, como entrada na vida eterna. A Igreja, depois de, pela última vez, ter pronunciado sobre o cristão moribundo as palavras de perdão da absolvição de Cristo e de, pela última vez, o ter marcado com uma unção fortificante e lhe ter dado Cristo, no Viático, como alimento para a viagem, fala-lhe com estas doces e confiantes palavras:

«Parte deste mundo, alma cristã, em nome de Deus Pai onipotente, que te criou, em nome de Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, que por ti sofreu, em nome do Espírito Santo, que sobre ti desceu; chegues hoje ao lugar da paz e a tua morada seja no céu, junto de Deus, na companhia da Virgem Maria. Mãe de Deus, de São José e de todos os Anjos e Santos de Deus [...]. Confio-te ao Criador para que voltes Àquele que te formou do pó da terra. Venham ao encontro de ti, que estás a partir desta vida, Santa Maria, os Anjos e todos os Santos [...]. Vejas o teu Redentor face a face e gozes da contemplação de Deus pelos séculos dos séculos» (605).

I. O juízo particular

1021. A morte põe termo à vida do homem, enquanto tempo aberto à aceitação ou à rejeição da graça divina, manifestada em Jesus Cristo (606). O Novo Testamento fala do juízo, principalmente na perspectiva do encontro final com Cristo na sua segunda vinda. Mas também afirma, reiteradamente, a retribuição imediata depois da morte de cada qual, em função das suas obras e da sua fé. A parábola do pobre Lázaro (607) e a palavra de Cristo crucificado ao bom ladrão (608), assim como outros textos do Novo Testamento (609), falam dum destino final da alma (610), o qual pode ser diferente para umas e para outras.

1022. Ao morrer, cada homem recebe na sua alma imortal a retribuição eterna, num juízo particular que põe a sua vida em referência a Cristo, quer através duma purificação (611), quer para entrar imediatamente na felicidade do céu (612), quer para se condenar imediatamente para sempre (613).

«Ao entardecer desta vida, examinar-te-ão no amor» (614).

II. O céu

1023. Os que morrerem na graça e na amizade de Deus e estiverem perfeitamente purificados, viverão para sempre com Cristo. Serão para sempre semelhantes a Deus, porque O verão «tal como Ele é» (1 Jo 3, 2), «face a face» (1 Cor 13, 12) (615):

«Com a nossa autoridade apostólica, definimos que, por geral disposição divina, as almas de todos os santos mortos antes da paixão de Cristo [...] e as de todos os outros fiéis que morreram depois de terem recebido o santo Baptismo de Cristo e nas quais nada havia a purificar no momento da morte, ou ainda daqueles que, se no momento da morte houve ou ainda há qualquer coisa a purificar, acabaram por o fazer [...] mesmo antes de ressuscitarem em seus corpos e do Juízo universal – e isto depois da Ascensão ao céu do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo –, estiveram, estão e estarão no céu, associadas ao Reino dos céus e no paraíso celeste, com Cristo, na companhia dos santos anjos. E depois da paixão e morte de nosso Senhor Jesus Cristo, essas almas viram e vêem a essência divina com uma visão intuitiva e face a face, sem a mediação de qualquer criatura» (616).

1024. Esta vida perfeita com a Santíssima Trindade, esta comunhão de vida e de amor com Ela, com a Virgem Maria, com os anjos e todos os bem-aventurados, chama-se «céu». O céu é o fim último e a realização das aspirações mais profundas do homem, o estado de felicidade suprema e definitiva.

1025. Viver no céu é «estar com Cristo» (617). Os eleitos vivem «n'Ele»; mas n'Ele conservam, ou melhor, encontram a sua verdadeira identidade, o seu nome próprio (618):

«Porque a vida consiste em estar com Cristo, onde está Cristo, aí está a vida, aí está o Reino» (619).

1026. Pela sua morte e ressurreição, Jesus Cristo «abriu-nos» o céu. A vida dos bem-aventurados consiste na posse em plenitude dos frutos da redenção operada por Cristo, que associa à sua glorificação celeste aqueles que n'Ele acreditaram e permaneceram fiéis à sua vontade. O céu é a comunidade bem-aventurada de todos os que estão perfeitamente incorporados n'Ele.

1027. Este mistério de comunhão bem-aventurada com Deus e com todos os que estão em Cristo ultrapassa toda a compreensão e toda a representação. A Sagrada Escritura fala-nos dele por imagens: vida, luz, paz, banquete de núpcias, vinho do Reino, casa do Pai, Jerusalém celeste,

paraíso: aquilo que «nem os olhos viram, nem os ouvidos escutaram, nem jamais passou pelo pensamento do homem, Deus o preparou para aqueles que O amam» (1 Cor 2, 9).

1028. Em virtude da sua transcendência, Deus não pode ser visto tal como é, senão quando Ele próprio abrir o seu mistério à contemplação imediata do homem e lhe der capacidade para O contemplar. Esta contemplação de Deus na sua glória celeste é chamada pela Igreja «visão beatífica»:

«Qual não será a tua glória e a tua felicidade quando fores admitido a ver a Deus, a ter a honra de participar nas alegrias da salvação e da luz eterna, na companhia de Cristo Senhor teu Deus, [...] gozar no Reino dos céus, na companhia dos justos e dos amigos de Deus, das alegrias da imortalidade alcançada!» (620).

1029. Na glória do céu, os bem-aventurados continuam a cumprir com alegria a vontade de Deus, em relação aos outros homens e a toda a criação. Eles já reinam com Cristo. Com Ele «reinarão pelos séculos dos séculos» (Ap 22, 5) (621).

III. A purificação final ou Purgatório

1030. Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não de todo purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem depois da morte uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrar na alegria do céu.

1031. A Igreja chama *Purgatório* a esta purificação final dos eleitos, que é absolutamente distinta do castigo dos condenados. A Igreja formulou a doutrina da fé relativamente ao Purgatório sobretudo nos concílios de Florença (622) e de Trento (623). A Tradição da Igreja, referindo-se a certos textos da Escritura (624) fala dum fogo purificador:

«Pelo que diz respeito a certas faltas leves, deve crer-se que existe, antes do julgamento, um fogo purificador, conforme afirma Aquele que é a verdade, quando diz que, se alguém proferir uma blasfémia contra o Espírito Santo, isso não lhe será perdoado nem neste século nem no século futuro (Mt 12, 32). Desta afirmação

podemos deduzir que certas faltas podem ser perdoadas neste mundo e outras no mundo que há-de vir» (625).

1032. Esta doutrina apoia-se também na prática da oração pelos defuntos, de que já fala a Sagrada Escritura: «Por isso, [Judas Macabeu] pediu um sacrifício expiatório para que os mortos fossem livres das suas faltas» (2 *Mac* 12, 46). Desde os primeiros tempos, a Igreja honrou a memória dos defuntos, oferecendo sufrágios em seu favor, particularmente o Sacrifício eucarístico para que, purificados, possam chegar à visão beatífica de Deus. A Igreja recomenda também a esmola, as indulgências e as obras de penitência a favor dos defuntos:

«Socorramo-los e façamos comemoração deles. Se os filhos de Job foram purificados pelo sacrifício do seu pai (627) por que duvidar de que as nossas oferendas pelos defuntos lhes levam alguma consolação? [...] Não hesitemos em socorrer os que partiram e em oferecer por eles as nossas orações» (628).

IV. O Inferno

1033. Não podemos estar em união com Deus se não escolhermos livremente amá-Lo. Mas não podemos amar a Deus se pecarmos gravemente contra Ele, contra o nosso próximo ou contra nós mesmos: «Quem não ama permanece na morte. Todo aquele que odeia o seu irmão é um homicida: ora vós sabeis que nenhum homicida tem em si a vida eterna» (1 *Jo* 3, 14-15). Nosso Senhor adverte-nos de que seremos separados d'Ele, se descurmarmos as necessidades graves dos pobres e dos pequeninos seus irmãos (629). Morrer em pecado mortal sem arrependimento e sem dar acolhimento ao amor misericordioso de Deus, significa permanecer separado d'Ele para sempre, por nossa própria livre escolha. E é este estado de auto-exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados que se designa pela palavra «Inferno».

1034. Jesus fala muitas vezes da «gehena» do «fogo que não se apaga» (630) reservada aos que recusam, até ao fim da vida, acreditar e converter-se, e na qual podem perder-se, ao mesmo tempo, a alma e o corpo (631). Jesus anuncia, em termos muitos severos, que «enviará os seus anjos que tirarão do seu Reino [...] todos os que praticaram a iniquidade, e hão-de lançá-los na

fornalha ardente»(Mt 13, 41-42), e sobre eles pronunciará a sentença: «afastai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno» (Mt 25, 41).

1035. A doutrina da Igreja afirma a existência do Inferno e a sua eternidade. As almas dos que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente, após a morte, aos infernos, onde sofrem as penas do Inferno, «o fogo eterno» (632). A principal pena do inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em Quem o homem pode ter a vida e a felicidade para que foi criado e a que aspira.

1036. As afirmações da Sagrada Escritura e os ensinamentos da Igreja a respeito do Inferno são um *apelo ao sentido de responsabilidade* com que o homem deve usar da sua liberdade, tendo em vista o destino eterno. Constituem, ao mesmo tempo, um *apelo urgente à conversão*: «Entrai pela porta estreita, pois larga é a porta e espaçoso o caminho que levam à perdição e muitos são os que seguem por eles. Que estreita é a porta e apertado o caminho que levam à vida e como são poucos aqueles que os encontram!» (Mt 7, 13-14):

«Como não sabemos o dia nem a hora, é preciso que, segundo a recomendação do Senhor, vigiemos continuamente, a fim de que, no termo da nossa vida terrena, que é só uma, mereçamos entrar com Ele para o banquete de núpcias e ser contados entre os benditos, e não sejamos lançados, como servos maus e preguiçosos, no fogo eterno, nas trevas exteriores, onde "haverá choro e ranger de dentes"» (633).

1037. Deus não predestina ninguém para o Inferno (634). Para ter semelhante destino, é preciso haver uma aversão voluntária a Deus (pecado mortal) e persistir nela até ao fim. Na liturgia eucarística e nas orações quotidianas dos seus fiéis, a Igreja implora a misericórdia de Deus, «que não quer que ninguém pereça, mas que todos se convertam» (2 Pe 3, 9):

«Aceitai benignamente, Senhor, a oblação que nós, vossos servos, com toda a vossa família, Vos apresentamos. Dai a paz aos nossos dias livrai-nos da condenação eterna e contai-nos entre os vossos eleitos» (635).

V. O Juízo final

1038. A ressurreição de todos os mortos, «justos e pecadores» (*Act* 24, 15), há-de preceder o Juízo final. Será «a hora em que todos os que estão nos túmulos hão-de ouvir a sua voz e sairão: os que tiverem praticado o bem, para uma ressurreição de vida, e os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de condenação» (*Jo* 5, 28-29). Então Cristo virá «na sua glória, com todos os seus anjos [...]. Todas as nações se reunirão na sua presença e Ele separará uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos; e colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. [...] Estes irão para o suplício eterno e os justos para a vida eterna» (*Mt* 25, 31-33.46).

1039. É perante Cristo, que é a Verdade, que será definitivamente posta descoberto a verdade da relação de cada homem com Deus (636). O Juízo final revelará, até às suas últimas consequências, o que cada um tiver feito ou deixado de fazer de bem durante a sua vida terrena:

«Todo o mal que os maus fazem é registado – e eles não o sabem. No dia em que "Deus virá e não se calará" (*Sl* 50, 3) [...]. Então, Ele Se voltará para os da sua esquerda: "Na terra, dir-lhes-á, Eu tinha posto para vós os meus pobrezinhos, Eu, Cabeça deles, estava no céu sentado à direita do Pai – mas na terra os meus membros tinham fome: o que vós tivésseis dado aos meus membros, teria chegado à Cabeça. Quando Eu coloquei os meus pobrezinhos na terra, constituí-os vossos portadores para trazerem as vossas boas obras ao meu tesouro. Vós nada depositastes nas mãos deles: por isso nada encontras em Mim"» (637).

1040. O Juízo final terá lugar quando acontecer a vinda gloriosa de Cristo. Só o Pai sabe o dia e a hora, só Ele decide sobre a sua vinda. Pelo seu Filho Jesus Cristo. Ele pronunciará então a sua palavra definitiva sobre toda a história. Nós ficaremos a saber o sentido último de toda a obra da criação e de toda a economia da salvação, e compreenderemos os caminhos admiráveis pelos quais a sua providência tudo terá conduzido para o seu fim último. O Juízo final revelará

como a justiça de Deus triunfa de todas as injustiças cometidas pelas suas criaturas e como o seu amor é mais forte do que a morte (638).

1041. A mensagem do Juízo final é um apelo à conversão, enquanto Deus dá ainda aos homens «o tempo favorável, o tempo da salvação» (2 *Cor* 6, 2). Ela inspira o santo temor de Deus, empenha na justiça do Reino de Deus e anuncia a «feliz esperança» (*Tt* 2, 13) do regresso do Senhor, que virá «para ser glorificado nos seus santos, e admirado em todos os que tiverem acreditado» (2 *Ts* 1, 10).

VI. A esperança dos novos céus e da nova terra

1042. No fim dos tempos, o Reino de Deus chegará à sua plenitude. Depois do Juízo final, os justos reinarão para sempre com Cristo, glorificados em corpo e alma, e o próprio universo será renovado:

Então a Igreja alcançará «na glória celeste, a sua realização acabada, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas e, quando, juntamente com o género humano, também o universo inteiro, que ao homem está intimamente ligado e por ele atinge o seu fim, for perfeitamente restaurado em Cristo» (639).

1043. A esta misteriosa renovação, que há-de transformar a humanidade e o mundo, a Sagrada Escritura chama «os novos céus e a nova terra» (2 *Pe* 3, 13) (640). Será a realização definitiva do desígnio divino de «reunir sob a chefia de Cristo todas as coisas que há nos céus e na terra» (*Ef* 1, 10).

1044. Neste «mundo novo» (641), a Jerusalém celeste, Deus terá a sua morada entre os homens. «Há-de enxugar-lhes dos olhos todas as lágrimas; a morte deixará de existir, e não mais haverá luto, nem clamor, nem fadiga. Porque o que havia anteriormente desapareceu» (*Ap* 21, 4) (642).

1045. Para o homem, esta consumação será a realização final da unidade do género humano, querida por Deus desde a criação e da qual a Igreja peregrina era «como que o sacramento» (643). Os que estiverem unidos a Cristo formarão a comunidade dos resgatados, a «Cidade

santa de Deus» (Ap 21, 2), a «Esposa do Cordeiro» (Ap 21, 9). Esta não mais será atingida pelo pecado, pelas manchas (644), pelo amor próprio, que destroem e ferem a comunidade terrena dos homens. A visão beatífica, em que Deus Se manifestará aos eleitos de modo inesgotável, será a fonte inexaurível da felicidade, da paz e da mútua comunhão.

1046. *Quanto ao cosmos*, a Revelação afirma a profunda comunidade de destino entre o mundo material e o homem:

Na verdade, as criaturas esperam ansiosamente a revelação dos filhos de Deus [...] com a esperança de que as mesmas criaturas sejam também libertadas da corrupção que escraviza [...]. Sabemos que toda a criatura geme ainda agora e sofre as dores da maternidade. E não só ela, mas também nós, que possuímos as primícias do Espírito, gememos interiormente, esperando a adopção filial e a libertação do nosso corpo» (Rm 8, 19-23).

1047. Assim, pois, também o universo visível está destinado a ser transformado, «a fim de que o próprio mundo, restaurado no seu estado primitivo, esteja sem mais nenhum obstáculo ao serviço dos justos» (645), participando na sua glorificação em Jesus Cristo ressuscitado.

1048. «*Ignoramos o tempo em que a terra e a humanidade atingirão a sua plenitude*, e também não sabemos como é que o universo será transformado. Porque a figura deste mundo, deformada pelo pecado, passa certamente, mas Deus ensina-nos que se prepara uma nova habitação e uma nova terra, na qual reinará a justiça e cuja felicidade satisfará e superará todos os desejos de paz que se levantam no coração dos homens» (646).

1049. «A expectativa da nova terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes activar a solicitude em ordem a desenvolver esta terra onde cresce o corpo da nova família humana, que já consegue apresentar uma certa prefiguração do mundo futuro. Por conseguinte, embora o progresso terreno se deva cuidadosamente distinguir do crescimento do Reino de Cristo, todavia, na medida em que pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, interessa muito ao Reino de Deus» (647).

1050. «Pois todos os bens da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, ou seja, todos os frutos excelentes da natureza e do nosso esforço, depois de os termos propagado pela terra, no Espírito do Senhor e segundo o seu mandato, voltaremos de novo a encontrá-los, mas então purificados de qualquer mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o Reino eterno e universal» (648). Então, Deus será «tudo em todos» (1 Cor 15, 28), na *vida eterna*:

«A vida subsistente e verdadeira é o Pai que, pelo Filho e no Espírito Santo, derrama sobre todos sem excepção os dons celestes. Graças à sua misericórdia, também nós, homens, recebemos a promessa indefectível da vida eterna» (649).

Resumindo:

1051. *Ao morrer: cada homem recebe, na sua alma imortal, a sua retribuição eterna, num juízo particular feito por Cristo, Juiz dos vivos e dos mortos.*

1052. «Nós cremos que as almas de todos os que morrem na graça de Cristo [...] constituem o povo de Deus no além da morte, a qual será definitivamente destinada no dia da ressurreição, quando estas almas forem reunidas aos seus corpos» (650).

1053. «Nós cremos que a multidão dessas almas que estão congregadas à volta de Jesus e de Maria, no paraíso, formam a Igreja celeste onde, na eterna bem-aventurança, vêem Deus como Ele é onde também, certamente em graus e modos diversos, estão associadas aos santos anjos no governo divino exercido por Cristo glorioso, intercedendo por nós e ajudando a nossa fraqueza com a sua solicitude fraterna» (651).

1054. *Os que morrem na graça e amizade de Deus, mas imperfeitamente purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem depois da morte uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrar na alegria de Deus.*

1055. *Em virtude da «comunhão dos santos», a Igreja encomenda os defuntos à misericórdia de Deus e oferece em seu favor sufrágios, em particular o santo Sacrifício eucarístico.*

1056. Seguindo o exemplo de Cristo, a Igreja adverte os fiéis da «triste e lamentável realidade da morte eterna» (652), também chamada «Inferno».

1057. A pena principal do Inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em Quem o homem pode encontrar a vida e a felicidade para que foi criado e às quais aspira.

1058. A Igreja ora para que ninguém se perca: «Senhor [...], não permitais que eu me separe de Vós» (653). Sendo verdade que ninguém se pode salvar a si mesmo, também é verdade que «Deus quer que todos se salvem» (1 Tm 2, 4) e que a Ele «tudo é possível» (Mt 19, 26).

1059. «A santa Igreja Romana crê e firmemente confessa que, no dia do Juízo, todos os homens hão-de comparecer com o seu próprio corpo perante o tribunal de Cristo, para prestar contas dos seus próprios actos» (654).

1060. No fim dos tempos, o Reino de Deus chegará à sua plenitude. Então, os justos reinarão com Cristo para sempre, glorificados em corpo e alma; o próprio universo material será transformado. Deus será, então, «tudo em todos» (1 Cor 15, 28), na vida eterna.

NOTAS

558. Cf. Jo 6, 39-40.

559. Cf. 1 Ts 4, 14; 1 Cor 6, 14; 2 Cor 4, 14; Fl 3, 10-11.

560. Cf. Gn 6, 3: Sl 56, 5: Is 40, 6.

561. Tertuliano, *De resurrectione mortuorum* 1, 1: CCL 2, 921 (PL 2, 841).

562. Cf. 2 Mac 7, 29: Dn 12, 1-13.

563. Cf. Act 23, 6.

564. Cf. Jo 11, 24.

565. Cf. Jo 5, 24-25: 6, 40.

566. Cf. Jo 6, 54.

567. Cf. *Mc* 5, 21-43: *Lc* 7, 11-17: *Jo* 11.
568. Cf. *Mt* 12, 39.
569. Cf. *Jo* 2, 19-22.
570. Cf. *Mc* 10, 34.
571. Cf. *Act* 4, 33.
572. Cf. *Act* 17, 32: *1 Cor* 15, 12-13.
573. Santo Agostinho, *Enarratio Psalmum* 88, 2. 5: CCL 39, 1237 (PL 37, 1134).
574. Cf. *Dn* 12, 2.
575. IV Concílio de Trento, c. 1. De *fide catholica*: DS 801.
576. Cf. *Fl* 3, 21.
577. Santo Ireneu de Lião, *Adversus Haereses* 4, 18, 5: SC 100, 610-612 (PG 7, 1028-1029).
578. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 48: AAS 57 (1965) 54.
579. Cf. *Fl* 3, 20.
580. Cf. *Fl* 1, 23.
581. Cf. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei*, 28: AAS 60 (1968) 444.
582. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 18: AAS 58 (1966) 1038.
583. Cf. *Gn* 2, 17.
584. Cf. *Rm* 6, 3-9: *Fl* 3, 10-11.
585. Cf. *Gn* 2, 17; 3, 3.19; *Sb* 1, 13; *Rm* 5, 12; 6, 23.
586. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5^a. *Decr. de peccato originali*, can 1: DS 1511.
587. Cf. *Sb* 2, 23-24.
588. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 18: AAS 58 (1966) 1038.
589. Cf. *Mc* 14, 33-34: *Heb* 5, 7-8.
590. Cf. *Rm* 5, 19-21.
591. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Romanos* 6, 1-2: Sc: I0bis, 114 (Funk 1, 258-260).
592. Cf. *Lc* 23, 46.
593. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Romanos* 7, 2: Sc 10bis, 116 (Funk 1, 260).

594. Santa Teresa de Jesus, *Poesía*, 7: *Biblioteca Mística Carmelitana*, v. 6 (Burgos 1919) p. 86. [Santa Teresa de Ávila, *Seta de Fogo* (Lisboa, Assírio & Alvim 1989) p. 31].
595. Santa Teresa do Menino Jesus, *Lettre* (9 de Junho de 1897): *Correspondance Générale*, v. 2 (Paris 1973) p. 1015. [Santa Teresa do Menino Jesus e d Santa Face, *Obras Completas* (Paço de Arcos, Edições do Carmelo 1996) p. 622].
596. Cf. *1 Ts* 4, 13-14.
597. *Prefácio dos Defuntos I: Missale Romanum*, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 439 [*Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992, 509].
598. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 48: AAS 57 (1965) 54.
599. *Imitação de Cristo* 1, 23, 5-8: ed. T. Lupo (Città del Vaticano 1982) p. 70.
600. São Francisco de Assis, *Cântico das criaturas: Opuscula sancti Patris Francisci Assisiensis*, ed. C. Esser (Grottaferrata 1978) p. 85-86. [Cf. *Fontes Franciscanas*, I (Braga, Editorial Franciscana, 1994) p. 781.
601. Tertuliano, *De resurrectione mortuorum* 8, 2: CCL 2, 931 (PL 2, 852).
602. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris*: DS 854. C
603. Cf. *1 Cor* 15, 42.
604. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 18: AAS 58 (1966) 1038.
605. *Ordo Unctionis infirmorum eorumque pastoralis curae*. Orto commendationis morientium. 146-147, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1972) p. 60-61 [em port.: *Unção e Pastoral dos Doentes*. Encomendação dos moribundos. 146-147, segunda edição típica (Coimbra, Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa, 1994) p. 1091.
606. Cf. *2 Tm* 1, 9-10.
607. Cf. *Lc* 16, 22.
608. Cf. *Lc* 23, 43.
609. Cf. *2 Cor* 5, 5; *Fl* 1, 23; *Heb* 9, 27: 12, 23.
610. Cf. *Mt* 16, 26.

611. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris*: DS 856; Concílio de Florença, *Decr. pro Graecis*: DS 1304; Concílio de Trento, Sess. 25^a, *Decretum de purgatorio*: DS 1820.
612. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris*: DS 857; João XXII, Buda *Ne super his*: DS 991; Bento XII, Const. *Benedictus Deus*: DS 1000-1001; Concílio de Florença, *Decr. pro Graecis*: DS 1305.
613. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris*: DS 858; Bento XII, Const. *Benedictus Deus*: DS 1002; Concílio de Florença, *Decr. pro Graecis*: DS 1306.
614. São João da Cruz, *Avisos y sentencias*. 57: *Biblioteca Mística Carmelitana*, N. 13 (Burgos 1931), p. 238. [S. João da Cruz, *Ditos de luz, e amor*. 57: *Obras Completas* (Paço de Arcos, Edições Carmelo 1986) P. 1015].
615. Cf. *Ap* 22, 4.
616. Bento XII. Const. *Benedictus Deus*: DS 1000; cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 49 AAS 57 (1965) 54.
617. Cf. *Jo* 14, 3; *Fl* 1, 23: *1 Ts* 4, 17.
618. Cf. *Ap* 2, 17.
619. Santo Ambrósio, *Expositio evangelii secundum Lucam* 10, 121: CCL, 14, 379 (PL 15-1927).
620. São Cipriano de Cartago, *Epistula* 58, 10: CSEL 3/2, (1996): 665; 58.10.1: CCL 3C, 333-334 (56, 10: PL 4, 367-368).
621. Cf. *Mt* 25, 21.23.
622. Cf. Conc. de Florença, *Decr. pro Graecis*: DS 1304.
623. Cf. Concílio de Trento, Sess. 25^a, *Decretum de purgatorio*: DS 1820: Sess. 6^a. *Decr. de iustificatione*, canon 30: DS 1580.
624. Por exemplo, *1 Cor* 3, 15: *1 Pe* 1, 7.
625. São Gregório Magno, *Dialogi* 4, 41, 3: SC 265, 148 (4, 39: PL 77, 396).
626. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris*: DS 856.
627. Cf. *Job* 1, 5.

628. São João Crisóstomo, *In epistulam I ad Corinthios* homilia 41, 5: PG 61, 361.
629. Cf. *Mt* 25, 31-46.
630. Cf. *Mt* 5, 22.29; 13, 42.50; *Mc* 9, 43-48.
631. Cf. *Mt* 10, 28.
632. Cf. *Symbolum Quicumque*: DS 76; Synodus Constantinopolitana. q (em 543), *Anathematismi contra Origenem*, 7: DS 409; *Ibid*, 9: DS 411; IV Concílio de Latrão, Cap. I, *De fide catholica*: DS 801: II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris*: DS 858; Bento XII, Const. *Benedictus Deus*: DS 1002; Concílio de Florença, *Decr. pro Iacobitis*: DS 1351: Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decr. de iustificatione*, canon 25: DS 1575; Paulo VI. *Sollemnis Professio fidei*, 12: AAS 60 (1968) 438.
633. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 48: AAS 57 (1965) 54.
634. II Concílio de Orange, *Conclusio*: DS 397; Concílio de Trento, Sess. 6ª. *Decr. de iustificatione*, canon 17: DS 1567.
635. *Oração Eucarística I ou Cânone Romano*, 88: *Missale Romanum*, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 450 [*Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992, 518].
636. Cf. *Jo* 12, 48.
637. Santo Agostinho, *Sermão* 18, 4, 4: CCL 41, 247-249 (PL 38, 130-131).
638. Cf. *Ct* 8, 6.
639. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 48: AAS 57 (1965) 53.
640. Cf. *Ap* 21, 1.
641. Cf. *Ap* 21, 5.
642. Cf. *Ap* 21, 27.
643. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 1: AAS 57 (1965) 5.
644. Cf. *Ap* 21, 27.
645. Santo Ireneu de Lião, *Adversus Haereses* 5, 32. 1: SC 153, 398 (PG 7, 1210).
646. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 39: AAS 58 (1966) 1056-1057.
647. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 39: AAS 58 (1966) 1057.

648. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 39: AAS 58 (1966) 1057: cf. Const. dogm. *Lumen Gentium*, 2: AAS 57 (1965) 5-6.
649. São Cirilo de Jerusalém, *Catecheses illuminandorum* 18, 29: *Opera*. v. 2. ed. J. Rupp (Monaci 1870) p. 332 (PG 33, 1049).
650. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei*, 28: AAS 60 (1968) 444.
651. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei*, 29: AAS 60 (1968) 444.
652. Cf. Sagrada Congregação do Clero, *Directorium catechisticum generale*, 69: AAS 64 (1972) 141.
653. *Oração antes da Comunhão*, 132: *Missale Romanum*, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 474 [*Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992, 546].
654. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris*: DS 859: cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione*, c. 16: DS 1549.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

SEGUNDA PARTE - A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

SEGUNDA SECÇÃO

Capítulo Segundo

(§ 1471 - § 1479)

X. As indulgências

1471. A doutrina e a prática das indulgências na Igreja estão estreitamente ligadas aos efeitos do sacramento da Penitência.

O QUE É A INDULGÊNCIA?

«A indulgência é a remissão, perante Deus, da pena temporal devida aos pecados cuja culpa já foi apagada; remissão que o fiel devidamente disposto obtém em certas e determinadas condições, pela acção da Igreja, a qual, enquanto dispensadora da redenção, distribui e aplica por sua autoridade o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos» (79). «A indulgência é parcial ou plenária, consoante liberta parcialmente ou na totalidade da pena temporal devida ao pecado» (80). «O fiel pode lucrar para si mesmo as indulgências [...], ou aplicá-las aos defuntos» (81).

AS PENAS DO PECADO

1472. Para compreender esta doutrina e esta prática da Igreja, deve ter-se presente que o pecado *tem uma dupla consequência*. O pecado grave priva-nos da comunhão com Deus e, portanto, torna-nos incapazes da vida eterna, cuja privação se chama «pena eterna» do pecado. Por outro lado, todo o pecado, mesmo venial, traz consigo um apego desordenado às criaturas, o qual precisa de ser purificado, quer nesta vida quer depois da morte, no estado que se chama

Purgatório. Esta purificação liberta do que se chama «pena temporal» do pecado. Estas duas penas não devem ser consideradas como uma espécie de vingança, infligida por Deus, do exterior, mas como algo decorrente da própria natureza do pecado. Uma conversão procedente duma caridade fervorosa pode chegar à total purificação do pecador, de modo que nenhuma pena subsista (82).

1473. O perdão do pecado e o restabelecimento da comunhão com Deus trazem consigo a abolição das penas eternas do pecado. Mas subsistem as penas temporais. O cristão deve esforçar-se por aceitar, como uma graça, estas penas temporais do pecado, suportando pacientemente os sofrimentos e as provações de toda a espécie e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte: deve aplicar-se, através de obras de misericórdia e de caridade, bem como pela oração e pelas diferentes práticas da penitência, a despojar-se completamente do «homem velho» e a revestir-se do «homem novo» (83).

NA COMUNHÃO DOS SANTOS

1474. O cristão que procura purificar-se do seu pecado e santificar-se com a ajuda da graça de Deus, não se encontra só. «A vida de cada um dos filhos de Deus está ligada de modo admirável, em Cristo e por Cristo, à vida de todos os outros irmãos cristãos, na unidade sobrenatural do corpo Místico de Cristo, como que numa pessoa mística» (84).

1475. Na comunhão dos santos, «existe, portanto, entre os fiéis – os que já estão na pátria celeste, os que foram admitidos à expiação do Purgatório, e os que vivem ainda peregrinos na terra – um constante laço de amor e uma abundante permuta de todos os bens» (85). Nesta admirável permuta, a santidade de um aproveita aos demais, muito para além do dano que o pecado de um tenha podido causar aos outros. Assim, o recurso à comunhão dos santos permite ao pecador contrito ser purificado mais depressa e mais eficazmente das penas do pecado.

1476. A estes bens espirituais da comunhão dos santos, também lhes chamamos o *tesouro da Igreja*, «que não é um somatório de bens, como quando se trata das riquezas materiais acumuladas no decurso dos séculos, mas sim o preço infinito e inesgotável que têm junto de

Deus as expiações e méritos de Cristo, nosso Senhor, oferecidos para que a humanidade seja liberta do pecado e chegue à comunhão com o Pai. É em Cristo, nosso Redentor, que se encontram em abundância as satisfações e os méritos da sua redenção (86)».

1477. «Pertencem igualmente a este tesouro o preço verdadeiramente imenso, incomensurável e sempre novo que têm junto de Deus as orações e boas obras da bem-aventurada Virgem Maria e de todos os santos, que se santificaram pela graça de Cristo, seguindo as suas pegadas, e que realizaram uma obra agradável ao Pai; de modo que, trabalhando pela sua própria salvação, igualmente cooperaram na salvação dos seus irmãos na unidade do corpo Místico» (87).

OBTER A INDULGÊNCIA DE DEUS MEDIANTE A IGREJA

1478. A indulgência obtém-se mediante a Igreja que, em virtude do poder de ligar e desligar que lhe foi concedido por Jesus Cristo, intervém a favor dum cristão e lhe abre o tesouro dos méritos de Cristo e dos santos, para obter do Pai das misericórdias o perdão das penas temporais devidas pelos seus pecados. É assim que a Igreja não quer somente vir em ajuda deste cristão, mas também incitá-lo a obras de piedade, penitência e caridade» (88).

1479. Uma vez que os fiéis defuntos, em vias de purificação, também são membros da mesma comunhão dos santos, nós podemos ajudá-los, entre outros modos, obtendo para eles indulgências, de modo que sejam libertos das penas temporais devidas pelos seus pecados.

NOTAS

79. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, Normae. I: AAS 59 (1967) 21.

80. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, Normae. 2: AAS 59 (1967) 21.

81. CIC can. 994.

82. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14^a, *Canones de sacramento Paenitentiae*. can. 12-13: DS 1712-1713; Id., Sess. 25^a, *Decretum de purgatorio*: DS 1820.

83. Cf. *Ef* 4, 24.
84. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 5: AAS 59 (1967) 11.
85. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 5: AAS 59 (1967) 12.
86. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 5: AAS 59 (1967) 11.
87. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 5: AAS 59 (1967) 11-12.
88. Cf. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 8: AAS 59 (1967) 16-17; Concílio de Trento, Sess. 25ª, Decretum de Indulgentiis: DS 1835.